

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

PROCESSO N° : 10845-004681/93.70
SESSÃO DE : 26 de julho de 1996
RESOLUÇÃO N° : 301-1068
RECURSO N° : 117.190
RECORRENTE : RITZ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS
LTDA
RECORRIDA : DRF - SANTOS/SP

RESOLUÇÃO N° 301-1068

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, aprovar a preliminar de diligência ao CTIC, através da Repartição de Origem, vencido o relator, Luiz Felipe Galvão Calheiros. Designado para redigir o acórdão o Conselheiro Sérgio de Castro Neves, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 26 de julho de 1996

MOACYR ELOY DE MEDEIROS
PRESIDENTE

SÉRGIO DE CASTRO NEVES
RELATOR DESIGNADO

10 OUT 1996

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros : MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ, ISALBERTO ZAVÃO LIMA, LEDA RUIZ DAMASCENO. Ausentes os Conselheiros JOÃO BAPTISTA MOREIRA e FAUSTO DE FREITAS E CASTRO NETO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 117.190
RESOLUÇÃO N° : 301-1068
RECORRENTE : RITZ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA
RECORRIDA : DRF - SANTOS/SP
RELATOR : LUIZ FELIPE GALVÃO CALHEIROS
RELATOR DESIGNADO : SERGIO DE CASTRO NEVES

RELATÓRIO

A empresa foi autuada por ter subfaturado o preço de um veículo importado como se usado fosse, mediante a apresentação de guia de importação obtida através de medida liminar em mandado de segurança. Intimada a recolher a diferença de tributos e a multa por infração ao controle administrativo das importações de que trata o artigo 526, inciso III do RA, apresentou longa impugnação tempestiva, onde alega, basicamente, a falta de provas de que o veículo seja novo, afirmindo ser subjetiva a conclusão da fiscalização a partir da conferência física.

A autoridade julgadora de primeira instância, em decisão de fls. 55 a 60, tendo em vista, entre outros aspectos, a total inconsistência argumentativa da defesa e, especialmente o fato de que em nenhum momento a autuada menciona o certificado de origem do veículo, prova cabal da sua condição de novo, considerou procedente a ação fiscal.

Inconformada, a autuada recorre a este Conselho, reafirmando que o automóvel é usado e menciona, pela primeira vez, os certificados de origem, alegando que estes documentos não se prestam “a atestar se o carro é novo ou usado por ocasião do desembaraço alfandegário”. Afirma que documentos estrangeiros não têm valor legal e que a recorrente “não deu, nem dá qualquer importância a esses certificados de origem, pois trouxe carros usados adquiridos de exportadora em Miami...” (sic).

É o relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 117.190
RESOLUÇÃO N° : 301-1068

VOTO VENCEDOR

Proponho a conversão do presente julgamento em diligência à SECEX do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, para que se digne informar o seguinte:

- Valor médio das transações de automóveis idênticos ao referido no presente processo, importados dos Estados Unidos da América, no período compreendido entre os 04 (quatro) meses imediatamente anteriores e posteriores ao registro da Declaração de Importação a que se refere o processo.

Encarece-se, outrossim, anexar à resposta cópias de Guias de Importação relativas às operações de importação que tenham servido para o cálculo do dito valor médio.

Sala das Sessões, em 26 de julho de 1996.


Sergio de Castro Neves - RELATOR DESIGNADO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 117.190
RESOLUÇÃO N° : 301-1068

VOTO VENCIDO

De início, citarei alguns aspectos do processo:

- a) a guia de importação foi obtida através de medida liminar em mandado de segurança e dela consta a advertência de que ficará sem valia o documento caso seja revogada a media liminar e/ou denegado o mandado de segurança (fls. 10);
- b) a autuada solicitou prorrogação do prazo para apresentação de sua impugnação o que lhe foi concedido (fls. 25);
- c) a recorrente, segundo informações de fls. 45, nunca importou quaisquer veículos pelo porto de Santos e no endereço indicado no CGC, ou seja, rua Napoleão Laureano 800, funciona uma clínica de fraturas;
- d) o Departamento Técnico de Intercâmbio Comercial do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, informa às fls. 50 que o valor médio de referência para os veículos BMW 3251/4 portas e o FORD ESCORT LX VAGON é, de respectivamente, US\$ 29.760 e US\$ 10.580;
- e) não consta do processo qualquer outro documento, como por exemplo o contrato de câmbio, que possa comprovar o preço efetivamente pago pela mercadoria. Somente a fatura questionada, emitida pela US Ambraz, Inc. apresenta o preço de US\$ 8.500,00.

Isto posto, devo afirmar que estou, pelo detalhado exame do processo, absolutamente convencido da má fé e da intenção prévia, planejada e inequívoca, da recorrente em burlar o fisco, como se as autoridades aduaneiras brasileiras fossem uma coorte de débeis mentais que não soubessem a diferença entre um automóvel novo e outro usado. Não só a palavra do AFTN que tem fé de ofício, como os inúmeros indícios que do processo constam, levam à mesma conclusão. Contudo, ressalto que a questão poderia ter sido evitada, se a autoridade administrativa tivesse solicitado laudo técnico por engenheiro credenciado. Essa omissão tornou-se ponto fundamental da defesa da autuada, que clama pela "prova provada". Na realidade, todavia, o "certificado de origem", tão aviltado e sem valor para a recorrente, é no meu entender, a prova definitiva da fraude. Dele, existem várias cópias neste processo, mas o original e sua tradução juramentada encontram-se às fls. 40, 43 e 44 do processo 10845.005032/93-22, apenso. Como se pode verificar, o certificado de origem é um documento oficial, onde o representante do fabricante do veículo declara solenemente em 21 de abril de 1993, que, através da fatura 70601 transferiu o veículo ali identificado para o distribuidor ATHENS BMW, SENDO A PRIMEIRA TRANSFERÊNCIA DESTE VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO EM

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

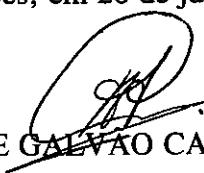
RECURSO N° : 117.190
RESOLUÇÃO N° : 301-1068

NEGÓCIO REGULAR. No verso do certificado, onde consta que **cada um dos vendedores abaixo assinados certifica, sujeito às sanções da lei, que o veículo É NOVO e não foi registrado neste ou em qualquer outro Estado por ocasião da entrega**, aparece a segunda transferência, em 6 de maio de 1993 da ATHENS BMW, de Atlanta, para a NORTH AMERICAN MOTORS, de Miami; e, finalmente, em 8 de maio, da NORTH AMERICAM MOTORS para a USA AMBRAZ. Esta última empresa, também de Miami, foi a que emitiu a fatura 0975 para o importador brasileiro, onde descreve o automóvel como usado, com o preço aviltado de US\$ 8.500,00. É de se notar que a USA AMBRAZ, estabelecida, segundo a fatura, na sala 750 do prédio n° 2600 SW, da Terceira Avenida, em Miami, é signatária do certificado de origem norte-americano, **onde afirmou que o veículo era novo!** Aliás, o nome do signatário é Rafael Santana.

De resto, é ainda de se registrar a benevolência da autoridade de primeira instância, por não ter aplicado a multa por declaração indevida, prevista no inciso I do artigo 4º da Lei 8.128/91.

**Nessas condições, sem mais comentários, NEGO PROVIMENTO
AO RECURSO VOLUNTÁRIO, PARA MANTER, INTEGRALMENTE, A
DECISÃO RECORRIDA.**

Sala das Sessões, em 26 de julho de 1996.


LUIZ FELIPE GALVÃO CALHEIROS - CONSELHEIRO